

# Governo prevê forte queda dos juros e estabilização do câmbio

Ribamar Oliveira  
De Brasília

O projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para 2004, encaminhado ontem ao Congresso pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, foi elaborado com uma previsão de forte queda dos juros. A taxa nominal de juro a ser paga pelo governo por sua dívida no próximo ano foi estimada em 14,88% e a taxa real em 8,38%. Hoje, o juro básico da economia está em 26,5% ao ano.

A previsão é que os juros continuem caindo nos anos seguintes. Em 2005, a taxa nominal ficaria em 12,25% e a real em 7,68%. Em 2006, último ano do governo Lula, o juro atingiria um patamar de país civilizado: a taxa nominal ficaria em 10,88% e a real em 6,62%.

Se a previsão é de que os juros entrem numa trajetória de forte queda, o mesmo não ocorre com a taxa de câmbio, que deverá permanecer relativamente estável em termos reais. Para dezembro de 2004, o governo estima uma taxa de câmbio de R\$ 3,56 por dólar — o aumento nominal da cotação em relação à atual seria decorrente unicamente da inflação, disse.

O ministro fez questão, no entanto, de ressaltar que essa é só estimativa. “O governo não vai intervir no câmbio, que é flutuante”, disse. Mesmo sem intervir, as previsões feitas por ele parecem expressar vontade de que o câmbio real fique estável. Para dezembro de 2005, a previsão do projeto de LDO

## Projeção dos parâmetros macroeconômicos

Na LDO para 2004-2006

Variáveis	2004	2005	2006
PIB real (crescimento % a.a.)	3,50	4,00	4,50
Taxa real de juro implícita sobre a dívida líquida do Governo (média % a.a.)	8,38	7,68	6,62
Taxa nominal de juro implícita sobre a dívida líquida do Governo (média % a.a.)	14,88	12,25	10,88
Câmbio (R\$/US\$ - final do ano)	3,56	3,70	3,84
Superávit primário do setor público (% PIB)	4,25	4,25	4,25
Dívida líquida sem reconhecimento de “esqueletos” (% do PIB)	54,24	52,12	49,24
Previsão para reconhecimento de “esqueletos” (% PIB)	0,83	0,74	0,62
Dívida líquida com o reconhecimento de “esqueletos” (% PIB)	55,07	53,69	51,43

Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)/Ministério do Planejamento

é de que a taxa de câmbio fique em R\$ 3,70 e, em 2006, em R\$ 3,84.

É muito provável que as estimativas de forte queda dos juros e de estabilização do câmbio real esteja em sintonia com previsões de crescimento da economia para os próximos anos. Em 2004, o projeto de LDO estima crescimento de 3,5%. Em 2005, a economia crescerá 4% e, em 2006, 4,5%.

Mesmo com a meta de superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor público nos próximos três anos, a queda da dívida líquida será pequena. A dívida deverá corresponder a 55,07% do PIB ao final do próximo ano. Em dezembro de 2002, ele equivalia a 56,5% do PIB. No último ano do governo Lula, a dívida líquida do setor público estará em 51,43% do PIB.

A dívida líquida não cairá mais, segundo Mantega, por causa do reco-

nhecimento de “esqueletos” ao longo dos próximos anos. Os “esqueletos” são dívida em processo de reconhecimento pelo governo. O governo pretende fazer o reconhecimento de dívidas equivalentes a 0,83% do PIB no próximo ano: de 0,74% do PIB em 2005 e de 0,62% do PIB em 2006.

O superávit primário de 4,25% do PIB em 2004 terá a mesma divisão deste ano entre os entes da Federação: a União fará um superávit primário de 3,15% do PIB (ou R\$ 55,73 bilhões), sendo que o esforço do governo Central (Tesouro, Previdência e Banco Central) será de 2,45% do PIB (ou R\$ 43,34 bilhões) e o das empresas estatais federais de 0,7% do PIB (ou R\$ 12,38 bilhões). O esforço fiscal dos Estados e dos municípios será de 1,1% do PIB. A divisão será mantida até 2006.

As receitas não-financeiras da União em 2004 foram estimadas pelo

projeto de LDO em R\$ 415,76 bilhões, o que equivale a 23,5% do PIB. As despesas não financeiras foram projetadas em R\$ 372,42 bilhões. A diferença entre os dois valores corresponde ao superávit primário do governo central, estimado em R\$ 43,34 bilhões.

Mesmo com a manutenção do superávit primário de 4,25% do PIB no próximo ano, Guido Mantega afirmou que haverá maior folga para a realização de investimentos em infraestrutura e para gastos sociais. “A economia vai crescer mais e, com a reforma tributária, haverá um ganho de arrecadação”, afirmou.

O anexo de metas fiscais da LDO diz que o governo vai “estudar mecanismos de ajuste anticíclico da política fiscal, inclusive no tocante às metas de superávit primário”. A ideia é que se o país crescer menos que o previsto, a meta de superávit primário será reduzida. Se ele crescer mais, a receita adicional decorrente desse maior crescimento será utilizada para fazer um fundo. Os recursos desse fundo será usada no ano seguinte. Esse mecanismo só será adotado a partir de 2005.

O governo Lula mudou o tratamento dispensado às verbas para a área de ciência e tecnologia. O projeto de LDO para 2004 retirou a proteção, existente em anos anteriores, às despesas vinculadas às áreas de ciência e tecnologia e assistência social. Com isso, essas despesas poderão ser contingenciadas, ou seja, sofrer cortes. As despesas com educação e saúde continuarão protegidas, ou seja, não poderão ser contingenciadas.